

# **ECONOMIA DOS SETORES POPULARES: O CASO DA COMUNIDADE DE PAU DA LIMA (2010-2011)**

Vinicius Goncalves dos Santos – Mestrando em economia – UFRN  
Goncalves.economia@hotmail.com

## **RESUMO**

Analisa o perfil dos trabalhadores que exercem algum tipo de atividade por conta própria na comunidade Pau da Lima (BA). Busca compreender quais as características socioeconômicas que aproximam as ocupações por conta própria da abordagem conceitual da economia dos setores populares. Constrói a hipótese de que a referência do trabalho informal utilizada pela OIT não explica o fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos. Evidencia a existência de uma precarização do trabalho na comunidade de Pau da Lima. Conclui que as políticas públicas são fundamentais para a reconstrução do trabalho e uma melhor distribuição das oportunidades socioeconômicas.

**Palavras-chave:** Ocupações, Subemprego, Precarização do Trabalho

## **ABSTRACT**

Analyzes the profile of workers engaged in some kind of activity for their own account in the community Pau da Lima (BA). Tries to understand what are the socioeconomic characteristics approaching the self-employed occupations of the conceptual approach of the economy of popular sectors. Builds the hypothesis that informal work reference used by the ILO does not explain the phenomenon of self-employed occupations in underdeveloped countries. Highlights the existence of a precarious work in the community Pau da Lima. Concludes that public policies are critical to the reconstruction of work and a better distribution of socio-economic opportunities.

**Keywords:** Occupations, Underemployment, Precarious Work

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho nas duas últimas décadas têm conduzido ao reconhecimento de que a reprodução da vida de uma parcela considerável da população está condicionada ao desenvolvimento de atividades que estão assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa. Tal constatação serve de ponto de partida para compreender-se a expansão de uma diversidade de ocupações, muitas vezes consideradas informais, que já fazem parte da paisagem cotidiana dos grandes centros urbanos.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o perfil dos trabalhadores que exercem algum tipo de atividade por conta própria na comunidade de Pau da Lima<sup>1</sup> (BA). Pau da Lima é um bairro da capital baiana, situado na região do miolo central de Salvador, sendo considerado o terceiro bairro mais populoso da cidade, com uma população estimada em mais de 120.000 habitantes (CONDER, 2011).

Nessa perspectiva, desenvolve-se uma pesquisa com referência nos trabalhadores da comunidade que devido a situações adversas para ingressarem no mercado de trabalho acabam por desenvolverem algum tipo de atividade, em destaque para os pequenos empreendedores urbanos informais.

Diante desse cenário, busca-se compreender quais as características socioeconômicas que aproximam as ocupações por conta própria da abordagem conceitual da economia dos setores populares (KRAYCHETE, 2000). O trabalho parte da hipótese de que a referência do trabalho informal utilizada pela OIT<sup>2</sup> não explica o fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos. Nesse âmbito, ressalta-se que a partir dos dados levantados, serão problematizadas algumas questões referentes aos baixos indicadores sociais encontrados na pesquisa, além da apresentação de algumas sugestões para combater o quadro de precarização do trabalho encontrado na comunidade.

Do ponto de vista metodológico, fez-se uso de dados secundários, coletados através de pesquisas bibliográficas e documentais. Ademais, utilizam-se dados amostrais de natureza socioeconômica dos trabalhadores que exercem algum tipo de atividade por conta própria na comunidade, tendo como base o relatório final de apuração dos dados da pesquisa socioeconômica da microrregião de Pau da Lima, que foi realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, com referência ao ano de 2010 e 2011.

Os dados coletados serão organizados e trabalhados com a utilização do software estatístico SPSS. O uso do SPSS tem como objetivo a sistematização das informações que foram coletadas com o intuito de auxiliar no desenvolvimento da análise de estatística descritiva. Para a elaboração do procedimento da análise estatística foi selecionada uma amostra de 133 trabalhadores por conta própria da comunidade.

Além desta introdução a estrutura do artigo contém mais cinco seções. A segunda seção irá discorrer sobre as mudanças estruturantes que ocorreram na economia. A terceira seção irá discorrer sobre um breve resgate da evolução da economia brasileira. Na quarta seção será exposto o referencial teórico que sustenta a pesquisa. Na quinta seção apresentam-se e analisam-se os principais resultados. Por fim, têm-se as considerações finais do estudo.

---

<sup>1</sup> A referência utilizada da comunidade de Pau da Lima leva em consideração a identidade territorial da região de estudo que integra os seguintes bairros: Pau da Lima, São Marcos, Sussuarana e Jardim Cajazeiras.

<sup>2</sup> Organização Internacional do Trabalho.

## 2. MUDANÇAS ESTRUTURANTES

O processo de mudança estrutural tem dentre outros fatores a introdução da microeletrônica, a partir da primeira metade da década de 1970, o que mudou o paradigma de crescimento econômico, passando este a não depender mais tão somente dos fatores de produção tradicionais, tais como: recursos naturais, capital e trabalho, mas principalmente dos investimentos em conhecimento que segundo Arbix e Mendonça (2005) definem como sendo a soma dos investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento P&D, em educação superior e em desenvolvimento de *software*.

Benko (1999), coadunando com a ideia de mudança de paradigma, descreve uma nova dinâmica espacial do capitalismo ressaltando o que muitas regiões industriais antes desenvolvidas passaram por graves problemas econômicos. Há segundo o autor, neste período de transição, uma mudança na dinâmica dos novos espaços econômicos, ou seja, uma mudança na organização territorial do capitalismo, fruto da crise do sistema de produção fordista que era caracterizado por uma padronização dos processos, por uma articulação funcional entre a produção em massa e o consumo em massa, assim como o aumento da produtividade em consequência do aumento da demanda, que segundo autor é o que mantinha fixa a taxa de lucros.

Segundo Benko (1999), a crise desta estrutura de produção tem sua origem em fatores como a própria crise econômica, o processo de reestruturação da indústria, surto das atividades dos serviços e próprio avanço da tecnologia. Parece que o virtuoso crescimento econômico presenciado no pós-guerra foi capaz de ofuscar a eterna dualidade do sistema capitalista (capitalistas *versus* trabalhadores), concepção essa vivenciada principalmente pelos países centrais onde a gestão de políticas macroeconômicas de cunho keynesiano tentou botar para debaixo do tapete da história do pensamento econômica algumas categorias permanentemente presentes no sistema, por exemplo, as crises. No entanto, não foi isso, infelizmente, o que a história mostrou a partir de meado da década de 1970, onde se observou uma redução na taxa de crescimento, assim como um aumento da inflação e do desemprego nos países centrais.

Kon (2004), ao analisar o processo de inovação e a reestruturação produtiva, destaca:

[...] durante os anos 70 e particularmente na década seguintes, uma nova espécie de reestruturação e de devido às mudanças tecnológicas baseadas nas formas flexíveis de organização do trabalho e dos processos produtivos, que necessitavam de uma mão-de-obra mais qualificada, tendo em vista que o trabalho mais barato e menos qualificado não mais mostrava vantagens comparativas. Neste sentido, o movimento internacional do capital, no caminho de investimento em produção, começou a procurar economias que oferecessem serviços especializados mais sofisticados. Como resultado, a maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento está passando por transformações consideráveis na estrutura produtiva de suas economias, de acordo com a capacidade de oferecer a esses novos investimentos a infraestrutura básica para o apoio das transformações. (KON, 2004, p. 65 e 66 Grifo nosso).

Benko (2002) ressalta importância desse movimento de realocação industrial, acrescenta que a partir da década 1970, o processo de inovação tecnológica fez surgir novas atividades, que passaram a exigir novos processos de organização espacial:

Os conhecimentos teóricos são insuficientes, a teoria da localização está em crise e a concepção weberiana perdeu interesse e principalmente não nos

informa sobre o comportamento industrial contemporâneo. Além disso, as novas concepções *pós-weberianas*, só aparecem de maneira tímida, essencialmente nos países anglo-saxônicos. (BENKO, 2002, p 132)

Cria-se, segundo o autor, um mecanismo em redes como forma desconcentração das grandes empresas em resposta a esse novo contexto, ou seja, por uma mudança na organização territorial do capitalismo, fruto da crise do sistema de produção fordista<sup>3</sup> onde as empresas se repartiriam fugindo da concorrência e buscando maior aproximação do cliente. Incorporam-se a “velha ideia” de localização industrial com fatores mais dinâmicos, conforme destaca Araújo (1999):

[...] cabe destacar, como pano de fundo, que o novo paradigma tecnológico e produtivo, baseado na microeletrônica e centrado na produção flexível, ao lado da crescente hegemonia do movimento de globalização (financeira, produtiva, tecnológica e mercantil) tende a se difundir na economia mundial impactando profundamente países como o Brasil. [...] Dentre os novos elementos capazes de atrair atividades e investimentos, especialmente no que diz respeito às atividades industriais, vêm sendo frequentemente apontado: a existência de mão-de-obra qualificada, a presença de competentes Centros de Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica, a existência de um bom clima de negócios [...] (ARAÚJO, 1999 p. 151 grifo nosso).

Infere um novo paradigma de localização industrial muito mais interdependente. Schneider (2004) ressalta a capacidade da economia capitalista de se ajustar.

Trata-se dos efeitos e dos condicionantes impostos pela globalização que, sinteticamente, pode ser caracterizada, conforme definiu Castells (1999), pela excepcional capacidade da economia capitalista de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias. Essa interdependência se expressa através da descentralização industrial, da velocidade de contato provocado pelas novas telecomunicações, através da integração dos capitais financeiros, comerciais, agroindustriais etc. (Coutinho, 1995). (SCHNEIDER, 2004, p.90).

No final do século XX, observa-se uma desestruturação da base econômica para criação de uma nova estrutura flexível. Segundo a análise marxista, teríamos uma correlação de forças entre a base econômica (infraestrutura) com os diversos níveis da estrutura social (superestrutura). A partir dessa relação se processaram profundas transformações na sociedade que tiveram como resultado imediato a passagem de um Estado estruturador (Estado Keynesiano) para um Estado regulador ajustado as exigências do novo modelo de acumulação flexível (DESAI, 1979). Passando a de Indústria de Transformação a perder espaço para o setor de serviços, principal na participação relativa do PIB trazendo fortes consequências para o mercado de trabalho, onde nos países desenvolvidos o crescimento do setor de serviços impulsionado pela crescente produtividade do setor industrial, estimulou a crescente demanda por serviços finais (KON, 2004).

---

<sup>3</sup> Caracterizado por uma padronização dos processos, por uma articulação funcional entre a produção em massa e o consumo em massa, assim como o aumento da produtividade em consequência do aumento da demanda, que segundo autor é o que mantinha fixa a taxa de lucros.

### 3. UM BREVE RESGATE DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Entende-se que para uma análise, ainda que panorâmica, da economia brasileira nos últimos anos, faz-se necessário um uma breve contextualização das principais mudanças ocorridas na década de 90, pois estas estão direta ou indiretamente relacionadas com a atual situação da economia nacional.

Primeiramente a década de 1980 caracterizou-se, dentre outros fatores, pelo fim do modelo de substituição de importação MSI. Modelos este caracterizado por fortes barreiras à entrada; baixa concorrência externa; reduzidas escalas de produção de produção empresarial; baixos padrões tecnológicos e de produtividade; baixa competitividade; intervencionismo estatal na oferta e demanda (CAMPANARIO, SILVA, COSTA 2005).

Com o fim do MSI, tem-se o início, ainda que incipiente, do processo de liberalização econômica, intensificado a partir dos anos 90. Tal processo acirrou ainda mais as fortes tensões, oriundas do desequilíbrio macroeconômico, refletindo assim, numa estagnação tanto do nível de produção, quanto dos processos de modernização, o que agravou ainda mais o hiato tecnológico, conforme destacou Kon (1999 a).

A partir processo de desregulamentação comercial e financeiro da década de 90, houve uma maior abertura para o fluxo de capital, quanto para o de mercadorias. Kupfer (2005), assim resume os principais pontos das reformas liberalizantes:

Os elementos microeconômicos mais importantes das recentes reformas brasileiras são conhecidos, e não divergem do receituário proposto pelas instituições supranacionais, adotadas em quase todos os países da América Latina: (i) a desregulamentação da economia, o que inclui desde o abandono dos instrumentos de controle de preços de bens e serviços até a extinção das reservas de mercado e outros mecanismos de licença prévia para realização de investimentos; (ii) a liberalização dos fluxos de mercadorias e capitais ao exterior, por meio da abertura comercial (redução das alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias) e da desregulamentação da entrada e saída de capitais externo e (iii) o processo de privatizações com o qual se buscou redefinir o papel do Estado na economia (KUPFER, 2005, p. 205).

Alguns autores como Nassif 2003 ressaltam a importância da abertura comercial e financeira para o processo de ajustamento da tendência declinante a que vinha passando a produtividade do trabalho no Brasil, além de fortalecer o parque industrial, mediante adoção de novas técnicas produtiva ou empresarial

É notório que até a implantação do Plano Real, a política industrial entendida como elemento estratégico para ampliar a capacidade produtiva e comercial da indústria, tinha sido negligenciada, pois a busca da estabilidade macroeconômica acabou por ofuscar a implantação de referidas políticas e, por conseguinte as políticas que destacassem a importância da inovação como elemento de transformação.

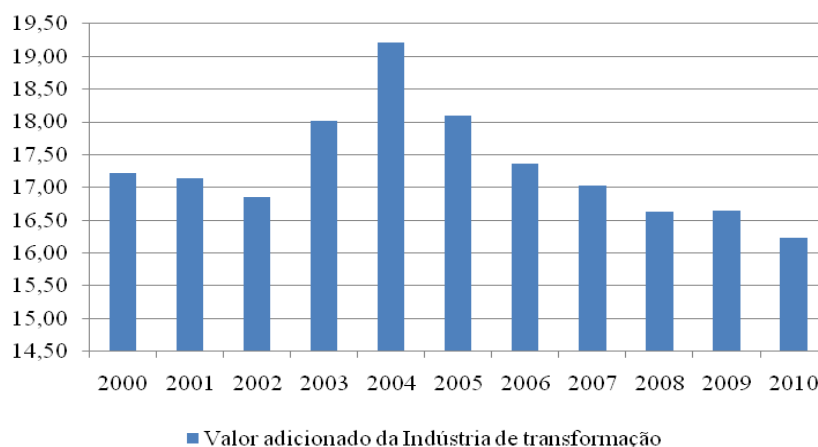
No entanto, destaca-se que a implantação do Plano Real tenha implicado num aumento considerável da vulnerabilidade da economia brasileira, onde segundo Kupfer (2005) dois dos pilares do plano foram: i) a taxa de câmbio valorizada e ii) altas taxas de juros. Tais instrumentos provocaram um forte acirramento da competição dos produtos importados com os produtos nacionais, desencadeando em déficit na balança comercial, já a partir de 1995. Ressaltando-se que neste período, o déficit na balança comercial foi financiado em parte pela entrada de capital, culminando no aumento da vulnerabilidade externa.

Já os anos 2000, tendo como pano de fundo as mudanças estruturantes de cunho neoliberal, a economia nacional vê-se alicerçado num tripé macroeconômico: metas de inflação, superávits fiscais primários e câmbio flutuante.

Filgueiras (2012) discorrendo sobre este novo padrão de desenvolvimento brasileiro analisa distintas interpretações, notadamente a partir do período de 2006/2007 como uma nova fase de desenvolvimento da economia brasileira, com o Estado retornado a condução do processo econômico, do crescimento com estabilidade e uma melhor distribuição de renda. Destaca, no entanto, o caráter híbrido desta política, onde medidas de cunho mais novo-desenvolvimentistas são tomadas tendo por base medidas macroeconômicas de cunho neoliberais.

Ressalta-se, no entanto, que no longo prazo tais políticas sinalizam para uma maior vulnerabilidade externa estrutural, uma inserção internacional passiva dentre outros fatores, devido ao aumento das exportações relacionadas com a expansão do comércio mundial que por sua vez estão diretamente ligados ao aumento dos preços das *commodities* agrícolas e minerais, ou seja, a demanda internacional. Diante desse novo cenário, conforme destaca Carneiro (2008), tem-se como resultados um aumento do conteúdo importado da produção nacional economia (máquinas equipamentos e insumos industriais), uma diminuição relativa do valor adicionado pela indústria encontra partida ao aumento da participação das *commodities* agrícolas (agronegócio) e minerais (indústria extrativa) no PIB e nas exportações.

**Gráfico 1** - Valor adicionado da indústria de transformação



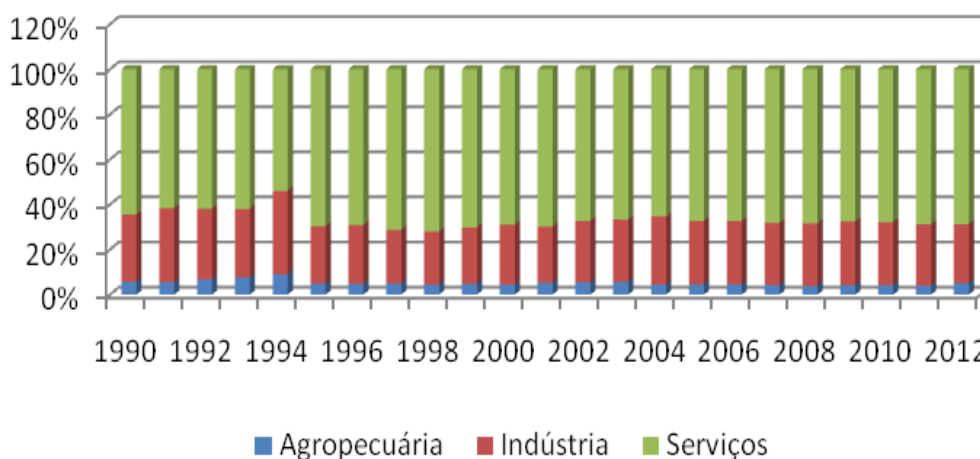
Fonte: IBGE, 2010.

A economia brasileira, durante longos períodos, ficou atrelada ao setor da agricultura, e posteriormente ao setor industrial, que representaram o centro dinâmico econômico. Porém, ao longo dos últimos anos, esses setores apresentaram uma perda como centro de motor de desenvolvimento da economia, logo em seguida sendo vinculada pelo setor de serviços. Mas, destaca-se que a relação entre as atividades industriais e de serviços, no Brasil, tem um papel central na complementaridade das atividades (DEDECCA, 1990; KON, 1999 b).

Atualmente, tanto em países desenvolvidos como em subdesenvolvidos, o setor de serviços tem sido responsável por mais da metade da renda do Produto Interno Bruto nacional. O Gráfico 2 mostra a taxa de participação do PIB desagregada por setores no Brasil, pode-se registrar que no ano de 2012, o setor de serviços na composição do PIB

apresentou uma participação de 68,7%, enquanto a indústria esteve com 26% da participação e o setor da agropecuária com 5%.

**Gráfico 2** – Distribuição setorial do PIB para a economia brasileira: 1990-2012



Fonte: IPEADATA, 2012.

Quanto aos empregos do setor da indústria, dentro do quadro institucional e econômico, - política de estabilização do Plano Real e através das reformas institucionais na década de 1990 -, acarretaram impactos significativos quanto a concorrência dos produtos importados. Para a indústria brasileira aperfeiçoar o desempenho, adotou-se: novas tecnologias, formas de organização de produção, redução de custos e aumento de produtividade (BASTOS, 2000). Ainda assim, no início da década de 2000, o processo do mercado de trabalho, vem apresentando redução do nível de emprego no setor industrial, que vem acompanhado do crescimento do nível de emprego no setor de serviços, que de acordo com Alves, Madeira, Macambira (2012), trata-se de um setor “acomodador” do desempregado da indústria.

#### 4. ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

O conceito de economia dos setores populares adotado no presente trabalho corresponde a um esforço teórico que busca definir um conjunto complexo de atividades que muitas vezes são expressas por diferentes denominações, como economia do trabalho, economia popular e solidária ou a própria economia social. Em outras palavras, prioriza-se o conceito de economia dos setores populares como:

[...] as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p.15).

Desta forma, a perspectiva dessas iniciativas estão voltada para a reprodução da vida. A isto, pode se dizer que as células ou microunidades que realizam esse objetivo correspondem aos núcleos familiares – ou, como define Coraggio (2000), as unidades domésticas. Assim, estas formas de trabalho não se constituem como iniciativas isoladas, pois estão em constante interação com o seu entorno, relacionando-se com os mercados e circuitos produtivos dominantes (KRAYCHETE, 2000).

Portanto, essa modalidade de trabalho não deve ser confundida com a economia capitalista, pois possui uma lógica econômica específica. São iniciativas que abarcam uma gama de atividades, além das realizadas de forma individual ou familiar, as diversas modalidades de empreendimentos autogestionários, associativos, grupos de comercialização, escolas e projetos de educação etc. Essa abordagem corresponde ao referencial das unidades produtivas nas quais as pessoas podem ter remunerações diversificadas, mas apesar dessa diversidade de ganhos, nenhuma chega a acumular o suficiente para viver exclusivamente só de rendas, sem trabalhar, ou se beneficiando diretamente da exploração da força de trabalho (CORAGGIO, 2000).

Em nossa sociedade, a forma típica da unidade doméstica mais comum é a familiar nuclear (formada pelos membros da família) ou abrangente (incluindo agregados). Isto é, uma unidade que é formada por pessoas ou grupos cujos membros juntam seus recursos para em conjunto garantirem as necessidades da família.

Visto isto, pensar em economia dos setores populares remete a lógica de reprodução da vida assentada no recurso que há de mais abundante nessas unidades produtivas – isto é, o fundo de trabalho. Trata-se do conjunto de capacidades e recursos com os quais as unidades domésticas contam para alcançar a reprodução da vida de todos os seus membros (CORAGGIO, 2000).

Trabalhar com o conceito de economia dos setores populares significa ampliar a visão para além da esfera do setor informal. Está nova forma de enxergar as relações de reprodução da vida, para além da análise tradicional, caracterizada pelo par mercado formal e informal, permite incluir na análise diversas atividades que não seriam levadas em consideração.

Para medir o trabalho informal, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) toma a unidade econômica como ponto de partida. Tal unidade é caracterizada pela produção em pequena escala, pelo baixo nível de organização e pela quase inexistente separação entre capital e trabalho (SILVA E ENGLER, 2008). Parte-se do pressuposto de que todos os trabalhadores ocupados nas unidades econômicas com estas características são informais, sem entrar no mérito de possíveis exceções.

Porém, o que se observa é que o mercado informal seria só uma fração de um universo que se constitui por uma gama complexa de atividades. Tal fragilidade e limitação para identificar a dimensão do fenômeno da ocupação por conta própria nos países subdesenvolvidos provêm do seguinte fato:

[...] as estatísticas oficiais não levam em conta as atividades da economia pobre das cidades; por outro lado, os dados obtidos em outras fontes nem sempre são utilizáveis sem crítica ou sem o complemento de outros tipos de informação: a falta ou a debilidade dos conceitos concernentes aos fenômenos a serem estudados são, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da insuficiência estatísticas (SANTOS, 2008, p. 25).

A situação parece ser facilmente explicável para Santos (2008), as estatísticas adotadas pelos países subdesenvolvidos seguem a mesma metodologia que é adotada nos países desenvolvidos, o que significa dizer que estamos adotando os parâmetros próprios de uma sociedade desenvolvida, sem levar em consideração as especificidades de cada país e a sua história.

Santos (2008) prosseguem com as críticas quando resalta que:



A intervenção dos organismos internacionais como as Nações Unidas só agravou o problema. No afã de tornar os dados uniformes, utilizou-se um modelo de análise estatística comum [...]. Com efeito, são relacionados unicamente os dados que permitem comparações no plano internacional e concerne aos aspectos do crescimento da economia moderna, enquanto os aspectos da economia e da sociedade tradicionais e não modernas são deixados de lado (SANTOS, 2008, p. 25).

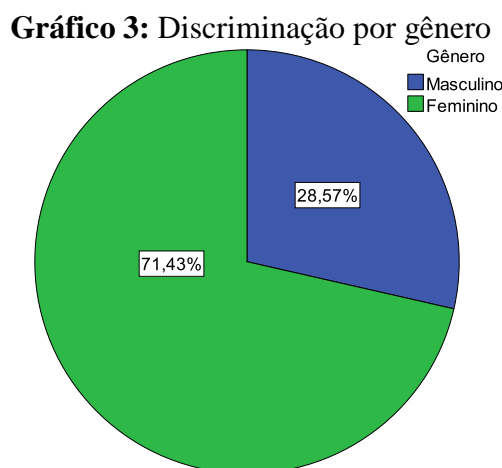
Segundo a problemática, caberia aos próprios pesquisadores superar tais dificuldades, desenvolvendo pesquisas de campo.

Renunciar a este tipo de estudo sob o pretexto de falta de dados pode ser uma forma de desinteresse já criticado por Polly Hill (out. 1966, p.18), quando ela denuncia os que utilizam sem crítica as cifras oficiais, porque preferem as estatísticas sem significação a não terem nenhuma (SANTOS, 2008, p. 25).

Em síntese, os desafios e a complexidade que envolve a dinâmica de funcionamento dos países subdesenvolvidos requerem um instrumental conceitual correspondente a sua própria realidade. Desta forma, os dados abaixo refletem o esforço de compreensão e sistematização de uma pesquisa pioneira que tem como intuito analisar o fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos.

## 5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Segundo os dados apresentados no relatório final da pesquisa socioeconômica da comunidade de Pau da Lima, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, o trabalho por conta própria na área pesquisada é realizado principalmente pelas mulheres, que representam 71,43% das ocupações catalogadas na pesquisa (GRÁFICO 3).



**Fonte:** Elaboração própria

A tabela 1 indica que 51,80% dos trabalhadores por conta própria possuem uma idade entre 21 e 50 anos e 44,36% possuem 40 anos ou mais. Diante dos critérios de seleção do mercado de trabalho estas pessoas dificilmente terão alguma chance de encontrar algum emprego assalariado regular. Esta possibilidade vem a se confirmar quando se constata que 52,70% dos trabalhadores por conta própria possuem um nível de escolaridade que não ultrapassa o primeiro grau completo.

**Tabela 1: Idade e Nível de Escolaridade**

Faixa etária de idade	Escolaridade							Total
	Sem instrução	1º Grau incompleto	1º Grau completo	2º Grau incompleto	2º Grau completo	Superior completo	NR	
Até 20 anos	0%	1%	1%	2%	1%	0%	0%	4%
21-30 anos	1%	5%	5%	4%	4%	1%	4%	23%
31-40 anos	1%	10%	3%	2%	8%	0%	5%	29%
41-50 anos	0%	8%	5%	3%	4%	0%	3%	23%
51 ou mais anos	2%	5%	8%	2%	3%	0%	3%	22%
<b>Total</b>	3%	29%	21%	12%	20%	1%	15%	100%

**Fonte:** Elaboração própria.

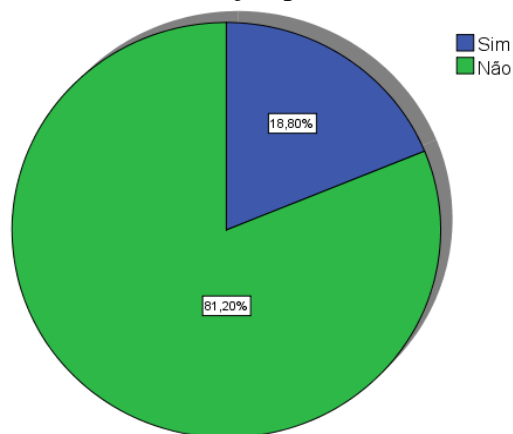
A tabela 2 mostra que 11% dos trabalhadores por conta própria começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade, 32% entre 10 e 14 anos de idade e 31% com idade entre 15 e 17 anos. A tabela 2 revela uma nítida relação entre a idade que começaram a trabalhar e o grau de escolaridade. Um baixo nível de instrução está diretamente relacionado com a existência de trabalho infantil.

O que se observa é que a exploração do trabalho infantil é comum no meio familiar das ocupações por conta própria. Na maioria das vezes isto ocorre devido à necessidade de ajudar financeiramente a família. Apesar de existir legislações que proibam oficialmente este tipo de trabalho, é comum encontrar a presença de menores desenvolvendo atividades, juntamente com outros membros da família. Desta forma, tem se tornando um hábito retirar as crianças da escola para que as mesmas possam ajudar na complementação da renda familiar.

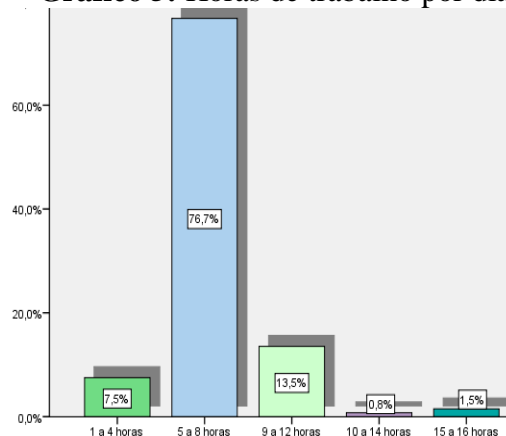
**Tabela 2: Relação entre escolaridade e idade que começou a trabalhar**

Nível de escolaridade	Qual idade que começou a trabalhar							Total
	Menos de 10 anos	10-14 anos	15-17 anos	18-24 anos	25-39 anos	40-59 anos	NR	
Sem instrução	2%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	3%
1º Grau incompleto	4%	13%	8%	4%	0%	0%	1%	29%
1º Grau completo	2%	8%	8%	4%	0%	0%	0%	21%
2º Grau incompleto	2%	5%	5%	2%	0%	0%	0%	12%
2º Grau completo	1%	5%	6%	5%	2%	1%	2%	20%
Superior completo	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
NR	0%	2%	5%	2%	0%	0%	6%	15%
<b>Total</b>	11%	32%	31%	16%	2%	1%	8%	100%

**Fonte:** Elaboração própria.

**Gráfico 4:** Contribuição para o INSS

Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 5:** Horas de trabalho por dia

Fonte: Elaboração própria.

Além de começar a trabalhar ainda criança ou bem jovem, 15% dos trabalhadores por conta própria possuem uma jornada de trabalho acima de 8 horas por dia e 81,20% não contribuem para previdência social (GRÁFICO 4; GRÁFICO 5). São trabalhadores que vivem sempre na incerteza do futuro e enfrentam uma permanente insegurança em face de ameaça de doenças ou acidentes que interrompam as suas atividades. Trata-se de trabalhadores sem qualquer direito trabalhista. Assim, estão completamente desprotegidos de qualquer aparato social e não podem contar com outra coisa a não ser o seu próprio trabalho.

**Tabela 3:** Classificação das atividades por renda

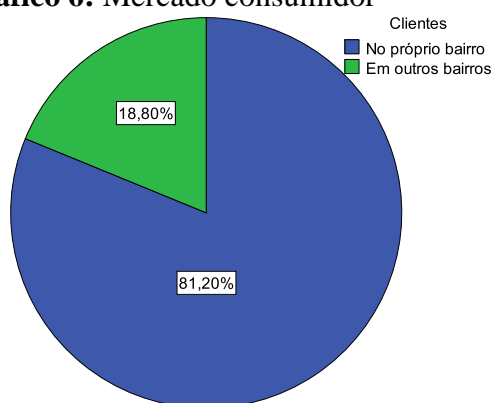
Atividade	Renda da atividade					Total
	Até R\$ 160,00	R\$ 161,00 - R\$ 311,00	R\$ 312,00 - R\$ 622,00	R\$ 623,00 - R\$ 1244,00	Acima de R\$ 1244,00	
Vendas de doces / bomboniere	7%	0%	0%	0%	0%	7%
Venda de frutas e verduras	0%	2%	1%	0%	0%	2%
Venda de acarajé e abará	2%	0%	0%	0%	0%	2%
Serviços de beleza	9%	4%	2%	2%	1%	17%
Serralheiro	0%	0%	0%	2%	0%	2%
Revenda de roupas / Calçados	0%	0%	2%	0%	1%	2%
Revenda de Produtos de beleza	2%	1%	1%	0%	0%	3%
Prod. de produtos de limpeza	2%	1%	1%	0%	0%	3%
Mercearia / Mercadinho	2%	4%	1%	1%	1%	8%
Lavagem de carro	1%	0%	1%	0%	0%	2%
Gela dinho, picolé e sorvete	11%	0%	0%	0%	0%	11%
Artesanatos e bijuterias	2%	1%	0%	0%	0%	2%
Confecções / Costura	4%	0%	2%	1%	0%	6%
Concerto de eletrodomésticos	1%	0%	0%	1%	0%	2%
Buffet e Decorações	3%	2%	0%	0%	0%	5%
Bar, Lanchonete e Restaurante	3%	5%	3%	4%	2%	17%
Produção de lanches	2%	1%	1%	0%	0%	3%
Outros	7%	1%	0%	0%	0%	8%
<b>Total</b>	<b>56%</b>	<b>19%</b>	<b>12%</b>	<b>9%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao tipo de atividade que realizam, a tabela 3 indica que 51% das ocupações estão relacionadas com a produção e venda de alimentos (bar, lanchonete, restaurante, geladinho, picolé, sorvete, vendas de doces, bomboniere, buffet, ornamentação, decorações, produção de lanches, venda de frutas e verduras, venda de acarajé e abará). Os resultados apontam que 74,40% das atividades auferem uma renda que não ultrapassa R\$ 311,00 (Tabela 3), o que corresponde a uma renda inferior ao Salário Mínimo no momento da pesquisa. Isso significa que tais atividades proporcionam uma renda diária média de R\$ 10,36 por dia para as despesas básicas.

Chama a atenção que 11,30% dos casos dedicam-se a produção e venda de “geladinho”, produto de pouco valor agregado. Os que se dedicam a produção e comercialização deste tipo de produto auferem uma renda na atividade que não ultrapassa R\$ 160,00. Segundo Kraychete (2007), o que mais espanta não seria a ocorrência de algumas famílias auferirem um rendimento tão baixo, mas o fato de conviverem com tal rendimento durante um longo tempo.

**Gráfico 6: Mercado consumidor**



**Fonte:** Elaboração própria.

De acordo com a tabela 4, identificasse que 77% das atividades são realizadas no próprio domicílio, e 81,20% dos clientes são moradores do próprio bairro (GRÁFICO 6). O gráfico 7 revela que 36,84% teve no desemprego o principal motivo para iniciarem a atividade por conta própria e 46,62% tem nessa atividade uma fonte complementar de renda.

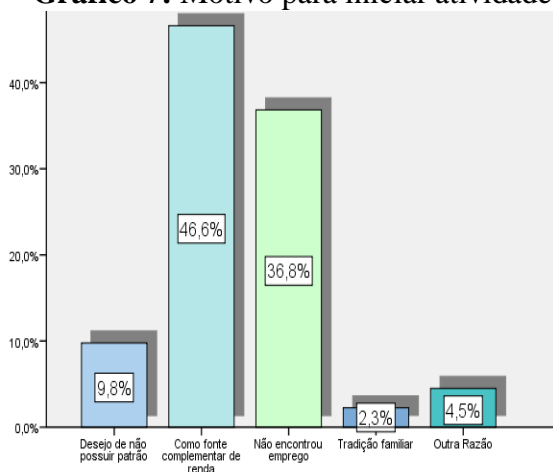
**Tabela 4 - Tempo de atividade e local onde realiza o trabalho**

Tempo de atividade	Onde realiza atividade					Total
	Loja/Oficina/Barraca	Na casa de clientes	No seu domicílio	Veículo	Via Pública	
Menos de 1 ano	2%	0%	10%	0%	0%	11%
1 a 2 anos	4%	1%	15%	0%	2%	22%
mais de 2 a 3 anos	1%	2%	14%	1%	1%	17%
mais de 3 a 5 anos	1%	3%	11%	0%	2%	17%
mais de 5 a 10 anos	2%	1%	14%	0%	0%	17%
mais de 10 anos	3%	0%	13%	0%	0%	16%
NR	0%	0%	1%	0%	0%	1%
<b>Total</b>	<b>12%</b>	<b>6%</b>	<b>77%</b>	<b>1%</b>	<b>5%</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

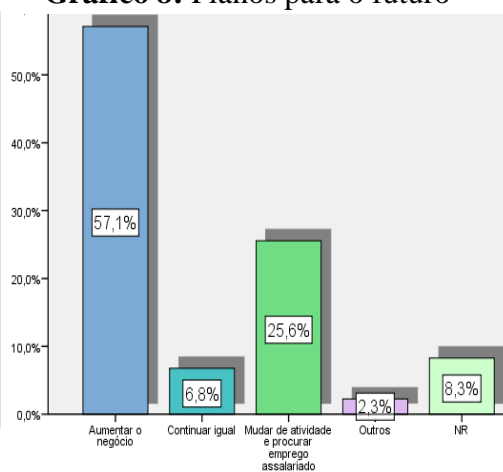
É interessante observar que quando questionados sobre os seus planos para o futuro, 57% responderam que pretendem ampliar o negócio e 8% pretendem continuar como estão (GRÁFICO 8). Ou seja, existe uma consciência clara da real situação do mundo do trabalho por parte dos trabalhadores que foram pesquisados. Os mesmos reconhecem o desemprego como algo evidente, presente no dia-dia, e devido as preocupações a respeito das condições essenciais de reprodução da vida os mesmo passam a nutrir como sonho uma possibilidade de ampliação das suas atividades.

**Gráfico 7: Motivo para iniciar atividade**



Fonte: Elaboração própria.

**Gráfico 8: Planos para o futuro**



Fonte: Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa contribuíram para identificar um conjunto de atividades que não são levadas em consideração na caracterização do trabalho informal. Enquanto o trabalho informal busca definir as ocupações através do foco na unidade produtiva, a economia dos setores populares toma como referência a unidade familiar. De acordo com os dados da pesquisa, 77% das ocupações são desenvolvidas no próprio domicílio. Isso significa dizer que a referência do trabalho informal utilizada pela OIT não dá conta do fenômeno das ocupações por conta própria nos países subdesenvolvidos.

Os dados apresentado pela pesquisa revelam o cenário de precariedade que envolve as ocupações por conta própria na comunidade de Pau da Lima. Apesar de ser um estudo localizado em uma determinada região, podemos imaginar que esse quadro está presente em diversas áreas do país, pois a precarização do trabalho é um fenômeno que tem se manifestado em larga escala no Brasil.

Isso nós leva a percepção que a problemática do trabalho não deve somente se concentrar sobre o emprego assalariado. Temos um contingente considerável de ocupações que, mesmo de forma precária, tem garantido a reprodução da vida de muitas famílias. Visto isto, passa a ser pertinente se pensar em políticas que estejam voltadas para melhoria dos indicadores sociais apresentados.

Não se trata apenas de discutir os indicadores econômicos, a idéia é que indicadores, como a renda, são condicionados por diversos circunstancias sociais. Logo, qualquer perspectiva de alteração da renda deve ocorrer conjuntamente com uma

intervenção de forças exógenas que sejam capazes de impactar sobre os indicadores não-econômicos. Sendo assim, uma mudança qualitativa neste tipo de economia depende de aportes econômicos e sociais que não são reproduzidos atualmente no seu interior.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Christine Luci Bezerra; MADEIRA, Soraia Araújo; MACAMBIRA, Junior. **Serviços e Desenvolvimento Regional: considerações a partir do mercado de trabalho cearense**. Revista Econômica do Nordeste. Vol.43, nº1 (Jan.-Mar. 2012) – Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ARAÚJO, Tânia B. Por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. **Revista de Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n.2, p. 144-161, abr.-jun.1999.

ARBIX, G. e MEDONÇA, M. Inovação e competitividade: uma agenda para o futuro. **Brasil em desenvolvimento**, v.1: economia, tecnologia e competitividade. (org) CASTRO, Ana Célia; LICHA, Antonio; PINTO, Helder Queiro Jr; SABOIA, João. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BASTOS, Raul Luís Assumpção. **Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos nos anos 90**. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 37-80, 2000. <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1662/2030>> Acesso em: 26 nov. 2012.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. 2 ed.-São Paulo: Hucitec,1999

\_\_\_\_\_, Georges. **Economia, Espaço e Globalização: na aurora do século XXI**. 2 ed.-São Paulo: Hucitec,2002.

CAMPANARIO, MA.; SILVA M.M.; COSTA, T.R. Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior(PITCE): Análise de fundamentos e arranjos institucionais. In XI SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTION TECNOLÓGICA. Salvador, 2005.

CARNEIRO, R. Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva. Campinas: IE/UNICAMP, 2008. Texto para Discussão.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Relatório Final de Apuração dos Dados da Pesquisa Socioeconômica da Comunidade de Pau da Lima**. Salvador, 2011.

CORAGGIO, L. **Da economia dos setores populares à economia do trabalho**. In: KRAYCHTE, G; LARA, F; COSTA, B. (Org). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

IPEADATA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Acesso em 07 nov. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso em 07 nov. 2010.

KON, Anita. **Economia de serviços: teoria e evolução do Brasil: inclui uma análise sobre o impacto do setor de serviços no desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004

\_\_\_\_\_, Anita. **Economia Industrial.** São Paulo, Nobel, 1999 a.

\_\_\_\_\_, Anita. Sobre as atividades de serviços: revendo conceito em tipologias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 64-83, abr./jun. 1999 b.

KRAYCHTE, G. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Petropolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos.** São Paulo: Edusp, 2008.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 06, n 11, p.88-125, 2004.

SILVA, Cíntia A.; ENGLER, Helen B. **Multifaces do Trabalho Informal na Cadeia Produtiva do Calçado em Franca/SP.** 2008.